

Dotação das universidades passa para 9,57% no próximo ano

Daniel R. Garcia



Audiência na Assembléia Legislativa para debater a L.D.O.

riam esse índice para até 11%. Duas emendas estabeleciam 10% do ICMS, uma 10,8% e quatro 11%. Uma vez que foi aprovado o parecer do relator da Comissão de

Finanças e Orçamento da AL, favorável aos 9,57%, todas as outras emendas ficaram prejudicadas e sequer foram levadas a votação em plenário. Apenas o PT e o PC

do B manifestaram-se contrários aos 9,57%.

Atualmente a USP recebe um repasse médio de US\$ 30,8 milhões - US\$ 123 milhões nos primeiros quatro meses deste ano — e caso a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) entrasse em vigor imediatamente, esse valor aumentaria para US\$ 33,7 milhões. A luta das entidades representativas dos docentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp era pela aprovação dos 11%, o que elevaria para US\$ 37,6 milhões a verba destinada à USP.

A avaliação da diretoria da Adusp é de que o índice aprovado está aquém das necessidades das universidades, apesar de considerar que toda verba a mais é bem vinda. Os 9,57% representa, na verdade, um número acordado entre os reitores das três universidades e o governador Fleury. Em audiência, dia 20 de junho, os reitores entregaram documento ao governador contendo uma tabela que descrevia a dotação das universidades desde 1979. Baseado nessa tabela, elaborada por um grupo denominado Gerup (Grupo Executivo de Relações Universidade e Pesquisa), da secretaria de C&T, é que tomou-se a decisão pelos 9,57%. Ocorre que o Gerup é constituído de apenas duas pessoas, era desconhecido, até então, pela chefia de gabinete da reitoria da USP e não registra, em momento algum, a fonte dos dados.

A Adusp contesta a tabela apresentada ao governador pelos reitores e questiona se o índice adotado pelo Estado não poderia ser outro se se levasse a tabela correta. Portanto, apesar dos 9,57% a mais a partir do próximo ano, perdeu-se a oportunidade de dotar as três universidades de verbas suficientes ao bom desempenho do seu papel.

O índice aprovado não atende as reais necessidades do ensino superior público. Emendas que destinavam verbas superiores a 10% da quota parte do ICMS do Estado sequer foram levadas a votação pelo plenário.

A Assembléia Legislativa (AL) aprovou, dia 29 de junho, o aumento da dotação orçamentária das universidades para *no mínimo* 9,57% da quota parte do ICMS do Estado para o ano de 95. Em função do encaminhamento da votação e do regimento, não foi possível pedir destaque para emendas que eleva-

Representantes do Fórum são recebidos pelo ministro da Educação

Josevaldo Cunha



Dia 23 de junho os representantes do Fórum das Seis foram recebidos pelo ministro da Educação, Murilo Hingel, em Brasília. No encontro foi discutida a situação crítica das universidades estaduais paulistas e solicitado que o ministro interceda junto ao Cruesp no sentido de reabrir as negociações interrompidas durante a greve e evitar punição aos participantes do movimento. Os representantes do Fórum manifestaram, também, preocupação com a dotação orçamentária das universidades públicas do estado de São Paulo.

O ministro Murilo Hingel se prontificou a fazer contato com o presidente do Cruesp, reitor

Flávio Fava de Moraes, e discutir as questões levantadas durante o encontro. Estiveram presentes à audiência o presidente da Adusp, Otaviano Helene, a diretora do Sintusp, Jupiara de Cas-

tro, o diretor do STU, José Luis, a presidente da Adunesp, Sueli Guadelupe, o presidente e segundo secretário da Andes, respectivamente Márcio Antonio de Oliveira e Josevaldo Cunha.



Docentes e funcionários da USP participam do ato em Campinas

Cerca de cinco mil pessoas participaram, dia 15 de junho, do ato público SOS universidade, realizado no Ginásio Multidisciplinar da Unicamp, em Campinas. O ato foi realizado pelo Fórum das Seis no momento em que a greve nas três universidades públicas paulistas completava um mês. Estima-se que 700 funcionários e professores da USP tenham se deslocado a Campinas em 15 ônibus.

Manifestaram apoio a este segundo SOS universidade — o primeiro ocorreu durante a greve de 1988 — Luiz Inácio Lula da Silva,

Aziz Ab'Saber, José Dirceu, Antonio Cândido, Michel Debrum, Giuseppe Cilento, Florestan Fernandes, Luiza Erundina, Eduardo Suplicy, João Amazonas, Aldo Rebelo, Ivan Valente, Valério Arcary, Arlindo Chinaglia, Vicente Paulo da Silva (Vicentinho), Jamil Murad, José Genoino, dentre outros políticos, sindicalistas e intelectuais.

Após o ato público, professores, alunos e funcionários das três universidades dirigiram-se, em passeata, à reitoria da Unicamp para protestar contra as punições ocorridas naquela universidade em consequência da greve.

Diretor da FEA defende sonegadores e ataca entidades da USP

Durante debate promovido pelo Centro Acadêmico Visconde de Cairu, da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA), dia 24 de julho, o diretor eleito daquela unidade defendeu a sonegação de impostos e dedicou a maior parte do tempo de sua fala para atacar as entidades

representativas dos docentes e funcionários da USP. Previsto para aprofundar a análise da greve na USP, o debate foi, propositalmente, desviado do seu eixo central.

Apesar de reconhecer os baixos salários de professores e funcionários, Denizard Alves disse que a Adusp e o Sintusp não representam os interesses dessas categorias. Em seguida, ao responder a uma pergunta sobre a sonegação de impostos no Estado, o que representa diminuição de verbas para a educação, saúde, saneamento etc, o diretor da FEA afirmou, literalmente, que a sonegação cria empregos. "Sem sonegação as empresas brasileiras quebrariam."

O presidente da Adusp, Otaviano Helene, avaliou os passos dados pelas entidades (Adusp e Sintusp) antes da decretação da greve, o impasse durante as negociações e mostrou que Denizard estava ali defendendo os interesses empresariais e não os da escola pública. Após a primeira etapa do debate, o diretor da FEA retirou-se do local alegando outros compromissos e colocou um preposto para representá-lo. Além do presidente da Adusp e do

Adusp

Diretória:

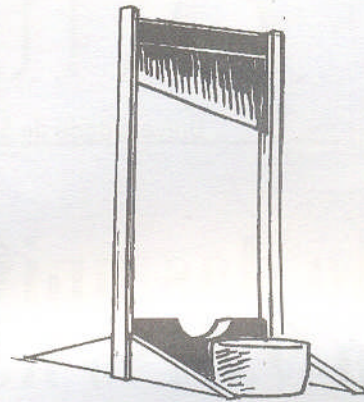
Otaviano Helene, Zilda Iokoi, Francisco Miraglia, Lígia C.M. Machado, Luiz Carlos de Sá Rocha, Décio Crisol Donha, Primavera Borelli, Benedito Honório Machado, Marcos Nereu Arenales, José Nivaldo Garcia, Evaldo L. Titto.

Editor:

Marcos Luiz Cripa.vd
Projeto gráfico:
Argeu Godoy
Produção Gráfica:
Maria Cristina Waligora
Revisão:
Raquel de La Corte
Tiragem: 7.500 exemplares.
Periodicidade: mensal.
Filmes: Paper Express.
Impressão:
Central Gráfica

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano Gualberto, trv. J, nº 374-Cid. Universitária - São Paulo - SP - CEP 05508-900 - Tel: (011) 813-5573 / FAX: (011) 814-9321.

Guilhon (tinado)



Depois de ter atendido a todos os interesses da reitoria, de ter jogado contra as reivindicações do Fórum e de ter afirmado que a "ética na universidade é corroída com ação grevista", José Augusto Guilhon Albuquerque foi afastado da chefia de gabinete da reitoria da USP. Oficialmente informa-se que ele solicitou afastamento.

Orçamento

O Fórum das Seis distribuiu na última semana de junho a cartilha: "O que precisamos saber sobre o orçamento". Com tiragem de 20 mil exemplares, a cartilha foi distribuída aos associados das entidades que compõem o Fórum para explicar como é elaborado o orçamento Federal. Além disso, ela avalia a autonomia das universidades paulistas e aborda temas relativos a venda de estatais, emissão de dinheiro no país e empréstimos governamentais.

Ad eternum

Estava previsto para o dia 31 de maio a entrega do título de Cidadão Ribeirão-pretano ao reitor Fava de Moraes. Em função da greve e da pressão da comunidade do Campus da USP de Ribeirão Preto sobre os vereadores, a Câmara decidiu postergar a entrega do referido título. O argumento foi o seguinte: se o reitor não conversa com a própria comunidade uspiana, como é que ele pode ser homenageado pelos nossos representantes no legislativo local?

Contra a negociação

A Congregação do Instituto de Matemática e Estatística, reunida em 29 de junho, derrotou por 12 votos a 11 (três abstenções) a proposta de solicitar ao Cruesp a rea-

bertura de negociações. O que será que há contra a negociação?

Ameaça

Os chefes dos departamentos de matemática informaram ao diretor do IME que a frequência dos docentes, no período de 21 de maio a 20 de junho, foi normal, com exceção de uma pessoa do departamento de estatística. O diretor, em comunicado aos chefes, insinua que eles estão faltando com a verdade em seus relatórios e "avisa" que possíveis contestações serão de responsabilidade das respectivas chefias. Qual a intenção do diretor? Ficar bem com o reitor, colaborando com a identificação e eventuais punições aos docentes que aderiram ao movimento?

Nova diretoria da Andes



Eleita em maio, a nova diretoria da Andes-SN tomou posse durante a realização do 28º Conad (Conselho Nacional de Associações Docentes), realizado em 30 de junho no Recife. A diretoria eleita é composta pelo presidente Luiz Henrique Schuch (Adufpel), 1º vice: Anamaria Beck (Apufsc), 2º vice: Sérgio Armando Diniz Guerra (Aducsal/Aduneb), 3º vice: Fernando Molinos Pires Filho (Adufgs), secretário geral: Edmundo Fernandes Dias (Adunicamp), 1º secretário: Luiz Paiva Carapeto (Adufpel), 2º secretário: Josevaldo Cunha (Adufpb), 3º secretário: Géria Maria Montanari Franco (Adufscar), 1º tesoureiro: Agame-non Tavares de Almeida (Adufc), 2º tesoureiro: Maria Cristina de Moraes (Adum) e 3º tesoureiro: Solang Bretas (Adufu). Representando a regional São Paulo foram eleitos: Sueli Mazzili (Adunimep), Maria Valéria B. Veríssimo (Adunesp), Marcos N. Magalhães (Adusp), Elias Basile Tambourgi (Adunicamp), Carlos A. Olivieri (Adufscar) e Sônia Regina Pereira (Adepm).

Greve estimula debate na universidade

Ronaldo Entler



Assembléia dos professores que trabalham na Cidade Universitária

Após 37 dias daquela que foi uma das maiores greves dos últimos anos na Universidade de São Paulo, docentes e funcionários deliberaram pelo retorno ao trabalho no dia 21 de junho. Naquele momento, o movimento liderado pelo Fórum das Seis somava ganhos de diferentes naturezas: conquistas salariais, a exemplo do reajuste aplicado no salário de junho com correção inflacionária e a definição de uma política salarial de reajuste mensal até dezembro — com base no IPC/Fipe — convergindo para o limite de comprometimento de 85% da folha de pagamento; debate sobre a penúria orçamentária das universidades pelos principais veículos de comunicação do país e o movimento estudantil despertou para essa problemática. Além disso, a greve promoveu um amplo processo de discussão institucional revelado nas manifestações de Conselhos Departamentais, Congregações, Centros Técnicos Administrativos e no próprio Conselho Universitário.

Ao suspender a greve, os docentes aprovaram, em assembléia, os princípios para a reposição das atividades, tendo como objetivo principal garantir a qualidade do ensino e da pesquisa e a não aceleração da carga programática. Apesar de a reitoria ter tentado interferir nessa decisão dos docentes, foi mantido o calendário aprovado em assembléia: entrega de notas do primeiro semestre até 31 agosto; recuperação (discipli-

nas do primeiro semestre) entre 1º e 16 de setembro; início do segundo semestre dia 12 de setembro e encerramento do segundo semestre dia 23 de dezembro. O calendário respeita as especificidades de cada curso e as decisões de reposição adotadas democraticamente nas unidades.

Sem sombra de dúvidas, uma das características mais marcante da atuação do reitor da USP, Flávio Fava de Moraes, durante todo o movimento grevista, é a de intransigência. Antes mesmo de completar o seu primeiro ano à frente do novo cargo ele deixou claro como pretende se comportar até o final do mandato: afastado do diálogo. Ele se mostrou irredutível durante as "negociações" e procurou desqualificar, através da

imprensa e de comunicados internos, um movimento legítimo que lutou e continuará a lutar por melhores salários e por uma universidade comprometida com toda a sociedade.

Durante todo o período da paralisação, a Adusp, juntamente com o Fórum das Seis, assumiu com seriedade e responsabilidade o papel de apresentar claramente suas reivindicações. O Cruesp, no entanto, apesar de reconhecer os baixos salários, optou por interromper o diálogo, encerrando unilateralmente as negociações. Portanto, além dos ganhos já elencados, o movimento serviu para desnudar o rei e colocar em discussão a falta de transparência na gestão dos recursos destinados às universidades.

Ronaldo Entler

Reposição é negociada em Ribeirão Preto

Docentes, funcionários e a direção do Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, em reunião, dia 23 de junho, negociaram a reposição das atividades de ensino, pesquisa e administração paralisadas durante a greve.

O acordo assinado pelas partes prevê: a) compromisso de reposição de todas as atividades de ensino de graduação de acordo com o cronograma estabelecido pela Comissão de Graduação, b) compromisso de reposição de todas as atividades de ensino de pós-graduação até o encerramento do semestre letivo, c) compromisso de honrar todos os projetos de pesquisa em andamento de acordo com o cronograma previamente acertado com as agências financiadoras, d) as atividades de pesquisas e administrativas suspensas no período da greve, correspondentes a aproximadamente 80 horas, deverão ser repostas ao longo dos próximos três meses e e) o cronograma de reposição de cada projeto nos diferentes laboratórios será estabelecido entre os funcionários e os docentes responsáveis.

Os itens acordados foram condicionados: 1) ao pagamento integral dos dias parados, 2) não prejuízo dos direitos trabalhistas (férias, licença-prêmio etc) e 3) não punição de docentes e fun-



Manifestação de docentes e funcionários em frente à reitoria da USP

Gestão da USP caracteriza-se por atos administrativos isolados

Reunidos em assembléia, os professores aprovaram manifesto que foi encaminhado ao reitor da USP.

Em função do espaço, publicamos trechos do documento que reflete as expectativas manifestadas durante o período da greve.

Os professores do campus de São Carlos não aceitam a alegada conotação político-partidária que é atribuída a esta greve, por entenderem que o aviltamento salarial a que toda a Universidade vem sendo submetida e as conseqüências daí decorrentes são motivos suficientemente fortes para desencadear um movimento do porte deste que atravessamos e um processo de reflexão e análise deve ter como resposta medidas que apontem para o equacionamento dos problemas existentes.

A deterioração salarial levou este campus a paralisar suas atividades como forma de reivindicar a recuperação das perdas acumuladas ao longo dos anos, mas este movimento serviu também de oportunidade para analisar e refletir sobre os vários aspectos relacionados à situação financeira e administrativa desta Universidade.

Os debates conduziram ao questionamento de aspectos extremamente importantes da vida acadêmica. A gestão da Universidade caracteriza-se por atos administrativos isolados, tais como o aumento do número de funcionários, a criação de novos Campi, Faculdades e Institutos, que, ao serem inseridos no balanço geral e traduzidos em números, implicam incompatibilidade com os recursos existentes.

O achatamento salarial, resultante desse tipo de gestão, está conduzindo a um processo de sucateamento, extremamente rápido e perigoso, daquilo que é o patrimônio mais importante da Universidade: o seu corpo docente.

Magnífico Reitor, qual o real significado da expressão "os salários não são propriamente altos", utilizada por Vossa Magnificência em artigo publicado na Folha de S. Paulo?

Hoje a Universidade já enfrenta problemas para a reposição de seu corpo docente, uma vez que oferece salários iniciais inferiores ao de outras profissões para as quais se exigem baixas qualificações. A carreira docente não atrai mais os

melhores alunos recém-formados. Qual o futuro possível para uma Universidade que precisa re- por seus quadros oferecendo salários tão aviltados, a ponto de competir em desvantagem salarial com, por exemplo, um motorista de transporte público?

O processo de deterioração salarial que atinge hoje a Universidade é espelho e semelhança, provavelmente continuidade, daquele sofrido pela escola pública de I e II Graus, que a história brasileira recente não cansa de atestar. Se o salário não é condição "sine qua non" para a qualidade de ensino, ele o é para o sucateamento deste mesmo ensino.

Este quadro geral do ensino público paulista trouxe ao debate questionamentos sobre a possibi-



lidade de participação de toda a comunidade acadêmica nas decisões que afetam a todos. Neste sentido, podemos dizer que a organização da Universidade está fundamentada no conceito de representação. A eleição de Reitores, Diretores, Chefes de Departamento, representantes nos órgãos colegiados de todos os níveis é a forma de fazer valer este

conceito. No entanto, esta organização não tem sido capaz de captar efetivamente e refletir, adequadamente, o interesse global da comunidade acadêmica.

Os atos administrativos pare-

cem não levar em conta seus necessários desdobramentos e implicações. Assim é que a contratação de funcionários busca solucionar problemas localizados, a ampliação de Faculdades e Institutos busca acomodar melhor o crescimento do número de docentes, muitas vezes atendendo mais a interesses políticos e corporativos do que a interesses acadêmicos.

Magnífico Reitor, não é hora de envolver toda a comunidade num processo de discussão e reflexão para a formulação de um Projeto Geral para esta Universidade? Um projeto no qual o caráter corporativista das decisões pontuais se revista de suas implicações e conseqüências, objetivando uma política administrativa consoante com os reais interesses de toda a comunidade, não só acadêmica, mas também de toda a sociedade que financia nossa existência e deve, portanto, ter a resposta adequada quer do aproveitamento destes recursos, quer na formação competente e digna de seus alunos, quer na transparência e qualidade na

Democratização da universidade

Os professores de São Carlos encaminharam quinze itens com sugestões que levam à transparência na USP.

- Participação política do reitor junto à Assembléia Legislativa, objetivando o aumento da cota parte do ICMS destinada às universidades.
- Imediata reabertura das negociações salariais, através da entidade que nos representa.
- Priorização dos salários nos próximos anos, com a correção das perdas passadas.
- Exame detalhado da situação atual e do reflexo no futuro, quanto à participação dos aposentados na folha de salários.
- Maior transparência na administração da Universidade, envolvendo recursos, contratações, dados relativos ao pessoal docente, funcionários e aposentados.
- Maior transparência das decisões do Conselho Universitário e respectivas Comissões, através

da divulgação prévia de suas pautas e, posterior, de suas decisões.

- Reexame da política de reposição do quadro de funcionários, com possível remanejamento de pessoal.
- Localização de bolsões com excesso de pessoal administrativo e seu remanejamento para atividades-fim.
- Reexame do papel do Cruesp na administração das três universidades públicas paulistas, não se limitando à discussão da política salarial, seu achatamento e à falsa isonomia hoje existente.
- Clareza na política de remuneração e controle da prestação de serviços à comunidade.
- Intensificação do uso dos recursos humanos existentes, principalmente com a maior participa-

- ção dos docentes, através da carga didática, possibilitando até o número de vagas na graduação.
- Realização de um Fórum Universitário para debater e definir as diretrizes que norteiam o Projeto Geral para a próxima década.
- O Projeto Geral da Universidade deverá considerar a possível redução, reexame, realocação do pessoal docente e funcional, a revalorização salarial da carreira docente, seguido da elevação salarial de todas as categorias e posteriormente a definição do comprometimento possível dos recursos envolvidos com a folha de pagamento, culminando com a retomada do crescimento da Universidade e no investimento do seu aprimoramento.
- Valorização das atividades de ensino de graduação.

E imperativo que a luta nos traga dias melhores, diz Florestan Fernandes

Um dos intelectuais mais respeitados do país, Florestan Fernandes ousou novamente e transformou uma solenidade em sua homenagem num ato contra a pseudo autonomia universitária, os baixos salários e a degradação da educação no Brasil.

Daniel Ruiz Garcia

Ao participar de uma sessão solene em sua homenagem no salão nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, coordenada pelo reitor Flávio Fava de Moraes, dia 23 de julho, o professor e deputado pelo Partido dos Trabalhadores, Florestan Fernandes, afirmou, em tom emocionado, que ama a Universidade de São Paulo e teme o perigo de ela representar os interesses neoliberais.

Florestan solidarizou-se com professores e funcionários das três universidades em função da recente greve deflagrada nas universidades estaduais paulistas. "Aproveito este momento para declarar solidariedade a todos os companheiros, já que não pude fazê-lo de viva voz anteriormente. Ninguém pode desertar da luta no momento porque é imperativo que a luta nos traga dias melhores", disse ele.

Ainda sobre o movimento que paralisou a USP, a Unesp e a Unicamp por 37 dias, Florestan disse que entende a posição dos reitores diante da autonomia administrativa das universidades, mas defendeu que eles não se coloquem na posição de 'secretários estaduais', de defensores do governo Fleury. Florestan afirmou que é preciso aceitar as pressões dos professores, dos funcionários e dos estudantes porque estão lutando pelo conjunto das universidades. "Conheço bem as agruras dos professores, funcionários e estudantes", afirmou o professor e deputado. Ainda sobre a autonomia universitária, ele lançou o seguinte questionamento: como uma universidade pode ser autônoma se não dispõe de verbas? Florestan Fernandes classificou os salários dos docentes e funcionários das três universidades públicas paulistas de degradantes.

Homenagem

O professor Florestan foi homenageado pelo trabalho como docente da USP e pela sua atuação no Congresso Nacional. A deputada Angela Amim (PPR/SC), presidente da Comissão de Relação Externa da Câmara discursou em nome dos deputados; Hélio Bicudo (PT/SP) em nome do Partido dos Trabalhadores; Irma Passoni (PT/SP) como representante da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e o professor Antonio Cândido fez a saudação ao homenageado. Também discursaram os representantes da Adusp, DCE da USP, Núcleo da Consciência Negra da USP, Sintusp, PNBE, o vice-prefeito de São Paulo e o presidente da SBPC, Aziz Ab'Saber.



Florestan Fernandes

Professores da USP repudiam assassinatos

O presidente e o vice da Adusp, respectivamente Otaviano Helene e Francisco Miraglia, participaram, dia 22 de junho, na Câmara Municipal de São Paulo, do ato público pela justiça e punição para os mandantes e assassinos de José Luis e Rosa Sunderman e Reinaldo Guedes de Miranda e Hermógenes de Almeida Silva Filho. Os quatro foram mortos entre os dias 12 e 13 de junho nas cidades de São Carlos e Rio de Janeiro.

Promovido pela CUT, UNE, UBES, PT, PC do B e PSTU e apoiado pela OAB/SP, o ato contou com a presença dos deputados estaduais Arlindo Chinaglia e Lucas Buzato e dos vereadores Odilon Guedes Júnior, Vital Nolasco e Tereza Lajolo.

Otaviano Helene leu manifesto aprovado pela assembléia da Adusp no dia 21 de junho com o seguinte teor: "A assembléia geral de docentes da USP vem a público repudiar os assassinatos de José Luis Sunderman (vice-presidente

do Sindicato dos Trabalhadores da UFSCar), Rosa Sunderman, Reinaldo Guedes de Miranda e Hermógenes de Almeida Silva Filho. Estes assassinatos demonstram os métodos que a classe dominante está disposta a utilizar em defesa dos seus privilégios sociais. Representam uma advertência aos que lutam pela terra, contra o massacre de menores e inocentes e também aos que lutam em defesa do ensino público e da universidade voltada aos interesses da maioria da população. Aqueles que lutam pelo salário, pela defesa do serviço e ensino público, pelo acesso à terra para os que nela trabalham, enfrentam os mesmos inimigos e, por isso, devem se unir numa só frente de luta.

As universidades Estaduais Paulistas, juntas no Fórum das Seis Entidades, acabam de realizar uma greve de mais de trinta dias contra o arrocho salarial dos docentes e funcionários, em defesa da universidade pública, gratuí-

ta e de qualidade. Os assassinatos foram cometidos durante nossa greve e receberam o imediato repúdio por parte dos docentes da USP, que homenagearam os companheiros em sua assembléia geral dia 17 de junho.

"A Adusp não apenas repudia estes assassinatos, mas também exige sua imediata apuração, assim como a punição dos executores e seus mandantes e está, desde já, envidando esforços junto aos

poderes públicos, ao movimento sindical e universitário e à opinião pública para que a justiça seja feita."

A regional da Adusp de Ribeirão Preto também se manifestou contra os assassinatos. Texto assinado por vários partidos políticos e pelos sindicatos dos Correios, Metalúrgicos, Eletricitários, Gráficos Movimento Estudantil e pela própria Adusp foi distribuído no centro daquela cidade exigindo dos órgãos públicos rigorosa e compe-

Ronaldo Entler



Ato na Câmara Municipal de São Paulo contra os assassinatos

Educação deve ser libertadora

Ronaldo Enter

Supermercado lucra US\$ 3 bilhões com o ajuste do Real

“Até o final do ano, os supermercados deverão incorporar cerca de US\$ 3 bilhões a mais no seu lucro apenas por conta do ajuste do real. O cálculo é de economistas do setor de varejo, a partir de dados da própria Abras (Associação Brasileira de Supermercados). Só desde abril, os supermercados ampliaram o faturamento em US\$ 418 milhões.”

O Estado de S. Paulo - 11 de junho

Mínimo perde 10,8% após a URV

“A aceleração dos preços da cesta básica retirou do cenário de julho, primeiro mês do real, a possibilidade de exploração do consumo. A conclusão é do estudo da consultoria Mendonça de Barros & Associados. Com o impacto do custo da cesta básica (Procom) e o das tarifas públicas, o poder de compra do salário mínimo de junho ficou 10,8% menor do que o salário médio de novembro a fevereiro (meses usados na conversão à URV).”

Folha de S. Paulo - 12 de junho

Inflação acelera em São Paulo e é de 47,53%

“A inflação em São Paulo fechou em 47,53% na segunda quadrimestre de junho, de acordo com levantamento da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). A taxa é 1,87 ponto percentual maior que a registrada no IPC (Índice de Preços ao Consumidor) da quadrimestre anterior. Em URV, a alta atingiu 3,22%, contra 1,97% da primeira quadrimestre. Essa é a maior variação em URV desde janeiro do ano passado. Segundo Juarez Rizeri, coordenador da Fipe, a expectativa sobre a troca da moeda e as altas dos preços dos alimentos e das tarifas são responsáveis pela aceleração.”

Folha de S. Paulo - 21 de junho

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, participou, dia 10 de julho, das assembleias promovidas separadamente pelos docentes e funcionários da Universidade de São Paulo, reuniu-se também com representantes do Fórum das Seis Entidades.



Vicentinho, Lígia e Otaviano durante assembleia da Adusp

Ao tomar conhecimento dos salários dos professores e funcionários da USP, você ficou bastante surpreso. Por quê?

Vicentinho - Porque o salário é tão baixo que com certeza esses professores, que são doutores, ganham menos do que muitos metalúrgicos. E não é porque os metalúrgicos ganham bem não, é que os professores ganham pouco mesmo. Agora, a defasagem em relação aos funcionários é ainda muito maior. Os funcionários, que ganham em média 250 URVs pelo que fui informado, estão sendo colocados à margem de uma condição digna de vida. Sinceramente pensei que os salários fossem muito mais altos na USP.

Com salários dessa ordem é o início do sucateamento do ensino nas universidades paulistas?

Vicentinho - Eu acho que sim, mas não só pelo baixo salário. Não há, essencialmente, entendimento da importância da educação em nosso país. Não é só a importância da educação, mas sim de uma educação que seja democrática, libertadora, que faça com que a cultura não seja violentada como acontece no nosso Brasil nem nossa cultura seja destruída. Eu acho que isso que está ocorrendo no país faz parte do projeto que uma inteligência burra que fez com que a educação não fosse prioridade.

É preciso buscar um novo projeto de educação para o Brasil. Certo?

Vicentinho - Necessariamente precisamos discutir seriamente essa questão. Daí a minha proposta feita aos professores e funcioná-

rios de juntos sentarmos com os mais variados segmentos da sociedade para buscarmos alternativas, buscarmos novos projetos que signifiquem essa qualificação necessária à educação.

Você pretende, então, retornar à Universidade para debater essa questão?

Vicentinho - Sim, porque eu acho que a universidade tem um papel fundamental. Afinal de contas é nela que se concentra, do ponto de vista intelectual, as melhores cabeças. Só que estas cabeças não podem ser criadas para explorar, mas sim para libertar. Por esta razão a CUT procura cada vez mais inteirar-se com as universidades, com as faculdades espalhadas por todo o país.

CASO ISRAEL

Lobo diz que foi pressionado a dar declaração favorável à compra

“O ex-reitor da USP, Roberto Leal Lobo e Silva Filho, declarou ontem, 22 de junho, ao Ministério Público de São Paulo, que foi pressionado pela Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia a dar uma declaração sobre o preço dos equipamentos que seriam importados de Israel para a universidade. Segundo Lobo, o então secretário, Luiz Gonzaga Belluzzo, afirmou, em telefonema no início de dezembro de 90, que a declara-

ção era necessária para viabilizar a importação.

Além disso, ela deveria ser dada com urgência, pois os produtos não seriam adquiridos se o contrato deixasse de ser assinado até 7 de dezembro, data final para definir as despesas do ano seguinte. O ex-reitor informou que concordou em dar a declaração favorável aos preços por considerar a aquisição necessária para a USP. Tratava-se de equipamentos didáticos para

laboratórios. Lobo disse que a USP não solicitou os produtos. Eles foram oferecidos como doação pela secretaria, afirmou. Belluzzo, sustenta que as universidades pediram os equipamentos.

As importações foram feitas no governo Orestes Quércia (87/91). Não houve licitação para a compra, avaliada em US\$ 310 milhões. Os produtos destinavam-se à universidade e à polícia.”

Folha de S. Paulo - 23 de junho de 94

Fotos da greve

Yves de La Taille

Aula de cidadania

Vejo dois saldos positivos do movimento que sacudiu as Universidades a partir de meados de maio de 1994. E um negativo. Ao primeiro saldo positivo, daria o nome de "didático". Além de poucos "especialistas" e alguns felizardos iniciados aos "segredos dos deuses", quem, antes do movimento, possuía tantas informações referentes ao emprego das verbas da Universidade? Quem conhecia o índice histórico de comprometimento da parcela de 9% do ICMS com folha de pagamento? Quem havia atentado para a necessidade de um aumento desta porcentagem de 9%? Quem havia comparado seu salário com aquele de outras instituições de terceiro Grau? Acredito que pouca gente. Agora, sabemos. Estamos, portanto, melhor situados, mais conscientes. Acrescentaria ao "saldo didático" o fato de se ter discutido a gestão da Universidade, suas prioridades, as modalidades democráticas ou não de relação entre as diversas categorias. O movimento foi, de certa forma, uma aula.

O segundo saldo positivo refere-se à organização do corpo docente e de funcionários. Três universidades, duas categorias cada, discutindo, elaborando estratégias, entrando e saindo da luta em boa harmonia, tudo isso representa rico avanço político. Sem contar o fato de alguns colegiados terem tido importante participação no processo. A inteligência da reflexão pode e deve levar em conta tal evento para aprimorar as organizações de base, iluminar o caminho para a conquista da cidadania: direito de negociar, reivindicar; direito ao respeito mútuo (e não unilateral, equacionado pelo poder institucional, pela tradição, pelo privilégio, pelo prestígio, pelo medo).

Saldo negativo? Claro que houve: as reivindicações não foram atendidas! É verdade que algum avanço houve. Mas seria muita racionalização, como dizem os psicanalistas, acharmos que representam compensação aceitável, vitória do movimento. Os 37%, os 27% ficaram longe...

Porém, mais próxima ficou a consciência da lógica que preside nossa realidade cotidiana, suas regras às vezes "subterrâneas", seus personagens, seus embates. Somente ela pode fazer a ponte entre o passado e o futuro. Sem consciência, fica-se na mão do destino ou do futurismo. Nada menos "universitário" do que tal perspectiva.



O movimento que paralisou a USP, a Unesp e a Unicamp demonstrou que nem mesmo a intransigência ou as ameaças conseguem vergar os trabalhadores organizados. O grande saldo qualitativo da greve foi exatamente a organização. E isto ficou claro durante as manifestações em frente ao prédio da secretaria de Ciência e Tecnologia; na ocupação pacífica da reitoria; na passeata em Campinas, após a realização do ato SOS universidade; e no sepultamento do reitor da USP, junto ao MAC, onde simbolicamente foi enterrado um modelo autoritário de universidade.

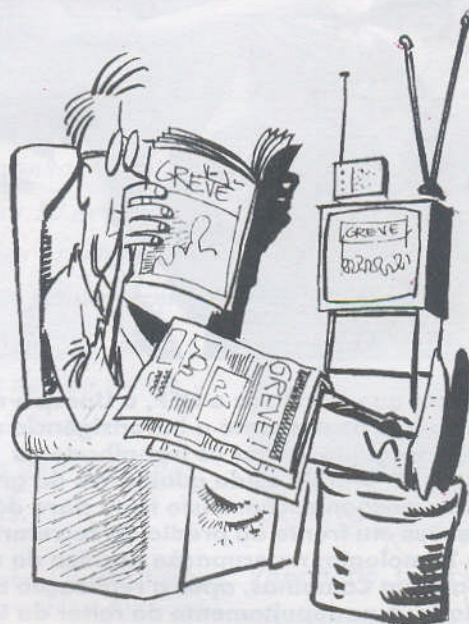


As reações dos docentes à greve são as mais diversas possíveis.



o grevista pau prá toda obra:

Nem bem a greve começa ele participa de tudo, ávido por notícias, reuniões setoriais e idas à Assembléia Legislativa. Adora conversar com os deputados, alunos, funcionários e principalmente em manifestações na Secretaria de Ciência e Tecnologia, onde fica horas com uma faixa na mão. Ah! Sabe todas as músicas da greve e, se descuidar, compra sanduíches e refrigerantes para a "companheirada" agüentar o tranco.



o grevista multi-mídia:

Ao contrário do anterior, é aquele que não curte grandes multidões, reuniões com mais de três pessoas, nem pensar. Prefere acompanhar as notícias pela "telinha", rádios e principalmente através dos articulistas dos jornais de grande circulação. Se duvidar, escreve até cartas para as sessões "dos leitores", defendendo suas posições frente ao movimento.



o grevista corujão:

Estão nessa categoria os que, na calada da noite (geralmente depois das dez) ligam para os colegas para "saber das novidades", ou ainda "a quantas anda o movimento", na esperança de que no dia seguinte tudo tenha voltado ao normal.



o grevista desiludido:

Já acha, desde os primeiros dias, que a greve não vai dar em nada. Tanto tem essa posição que acha melhor continuar o que estava fazendo (exceto dar aulas). Sua preocupação central está na reposição.



o grevista torcedor:

Deflagrada a greve, some da universidade... Mas, de maneira nenhuma deixa de torcer pelo movimento. Confia no taco dos que estão no dia-a-dia. Dá carta branca aos colegas para brigarem no seu lugar!



o não grevista:

"Greve é prá peão". "Greve é anti pós-moderno". Em casos mais graves, o salário da universidade representa apenas um décimo de seu orçamento mensal.